



<b>PROCESSO</b>	<b>35.218-7/2019</b>
<b>ASSUNTO</b>	<b>APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA</b>
<b>PRINCIPAL</b>	<b>INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE RONDONÓPOLIS</b>
<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>ROBERTO CARLOS CORREA DE CARVALHO</b> Diretor Executivo
<b>INTERESSADA</b>	<b>MARIA APARECIDA DE SOUZA TARGUETA</b>
<b>EQUIPE TÉCNICA</b>	<b>MARCELO TAKAO TANAKA</b> Secretário de Controle Externo <b>FELIPE FAVORETO GROBERIO</b> Supervisor <b>EDUARDO BENJOINO FERRAZ</b> Coordenador da Equipe Técnica
<b>ADVOGADO</b>	<b>NÃO CONSTA</b>
<b>RELATOR</b>	<b>RONALDO RIBEIRO DE OLIVEIRA</b> Auditor Substituto de Conselheiro

### **RAZÕES DA PROPOSTA DE VOTO**

À luz do que dispõem os artigos 71, III, da Constituição Federal e 1º, VI, da Lei Complementar Estadual 269/2007, compete a este Tribunal de Contas apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de concessão de aposentadorias, reformas e pensões dos servidores públicos estaduais e municipais.

Cumprе esclarecer que a matéria em apreço comporta julgamento em sessão virtual, na forma do artigo 1º da Resolução Normativa TCE/MT 29/2012-TP, alterado pela Resolução Normativa TCE/MT 7/2021-TP, e do § 3º do artigo 97 da Resolução Normativa TCE/MT 16/2021-TP.

Pois bem. Inicialmente, quanto à questão relacionada ao fato de a interessada ter sido aprovada em concurso público para o cargo de “Pagem” e se aposentado no de “Docente da Educação Infantil”, deveras assiste razão à unidade de instrução quando menciona que a sua legalidade se encontra pacificada no âmbito desta Corte de Contas, pois esta tem efetuado o registro de portarias envolvendo casos análogos ao em apreço –





como se infere dos processos 52.723-8/2021, 16.668-5/2020, 22.208-9/2018, 33.025-6/2018, 13.342-6/2017, 32.384-5/2017 e 22.079-5/2015 –, com base na compreensão de que não restou configurada a hipótese de ascensão funcional.

Portanto, entende-se que o posicionamento adotado nos referidos autos deve ser aplicado à situação em exame, em observância ao princípio isonômico e do princípio de hermenêutica “*onde existe a mesma razão fundamental, prevalece a mesma regra de Direito*”.

Isso posto, compulsando-se os autos, constata-se que a interessada cumpriu os requisitos previstos no ordenamento jurídico, necessários à concessão do benefício de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, evidenciando que a portaria em exame possui respaldo constitucional, merecendo o reconhecimento deste Tribunal de Contas, mediante o devido registro, conforme presente no Relatório Técnico da 2ª Secretaria de Controle Externo (documento digital 191968/2022).

## DISPOSITIVO DA PROPOSTA DE VOTO

Diante do exposto, **acolho o Parecer Ministerial 4.242/2022** (documento digital 192885/2022), de lavra do Procurador de Contas Gustavo Coelho Deschamps, e, com base nos artigos 1º, VI, e 43, II, ambos da Lei Complementar Estadual 269/07, e inciso VI do artigo 1º da Resolução Normativa TCE/MT 16/2021-TP, apresento proposta de **VOTO** no sentido de:

I) **REGISTRAR a Portaria 2.279/2019**, publicada no Diário Oficial Eletrônico de Rondonópolis (Diorondon-e), edição 4.545, de 1º de outubro de 2019, referente à **aposentadoria voluntária**, por tempo de contribuição, concedida à senhora **Maria Aparecida de Souza Targueta**; e

II) **JULGAR LEGAL** a planilha de cálculo de proventos integrais.

É a proposta de Voto.

Cuiabá-MT, 12 de setembro de 2022.





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

GABINETE DE AUDITOR SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO  
Ronaldo Ribeiro de Oliveira  
Telefones: (65) 3613-2901 / 2989  
E-mail: gab.ronaldoribeiro@tce.mt.gov.br

(assinatura digital)

**Ronaldo Ribeiro de Oliveira**  
Auditor Substituto de Conselheiro  
Relator

